Sumário

INTRODUÇÃO **19**

1. BOA-FÉ NO PROCESSO CIVIL **29**

1. Boa-fé subjetiva e objetiva 29
2. Boa-fé como cláusula geral ou conceito jurídico indeterminado 35
3. Boa-fé como princípio 49
4. Concreções solidificadas do princípio da boa-fé 58
5. Boa-fé no processo civil – sobre a absorção da boa-fé do direito privado 65
6. Boa-fé no processo civil – *standard* de comportamento 75
7. Boa-fé no processo civil – função interpretativa e presunção de boa-fé 80
8. Relação entre princípio da boa-fé processual e cooperação processual 84

2. DESLEALDADE PROCESSUAL POR VÁRIAS PERSPECTIVAS **97**

1. Constituição, boa-fé processual e seu controle 97
2. De onde viemos: breves noções históricas sobre os ilícitos processuais 99

3. Aonde chegamos (1): institutos processuais de repressão à má-fé na legislação processual 105
4. Aonde chegamos (2): o silêncio doutrinário sobre o controle da probidade processual..... 110
5. Ainda: garantia de litigar deslealmente? 112
6. Aonde chegamos (3): permissividade com a deslealdade processual nos tribunais..... 117
7. Não culpe a lei: o que nos diz o estado de coisas?..... 129

3. SISTEMATIZAÇÃO DOS ILÍCITOS PROCESSUAIS 135

1. Relevância do *distinguo*..... 135
2. Fatos jurídicos processuais ilícitos 137
3. Classificação dos atos processuais ilícitos..... 147
4. Sistematização aplicada às espécies de ilícitos processuais: litigância de má-fé, abuso de direito processual e ato atentatório à dignidade da justiça..... 160
5. Responsabilidade por dano processual e ilícitos processuais 178

4. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ 185

1. Litigância de má-fé no CPC/2015..... 185
2. Função: repressão à litigância irresponsável como norte para a compreensão das hipóteses do art. 80 do CPC – revisão do elemento subjetivo 189
3. Estrutura: as hipóteses de aplicação da litigância de má-fé..... 200
   - 3.1. Os tipos legais de condutas processuais ilícitas.... 200
   - 3.2. Pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso (CPC, art. 80, I) 203
   - 3.3. Litigar contra precedente obrigatório equipara-se a litigar contra texto expresso de lei? – o chamado "dever de candura perante a Corte" 211

3.4. Alteração da verdade (CPC, art. 80, II) 219
3.5. Desvio ilegal da função do processo (CPC, art. 80, III) 234
3.6. Resistência injustificada ao andamento processual (CPC, art. 80, IV) 237
3.7. Atuação processual temerária (CPC, art. 80, V) . 241
3.8. Incidente manifestamente infundado (CPC, art. 80, VI) 249
3.9. Recurso protelatório (CPC, art. 80, VII) 251
3.10. Processo simulado ou fraudulento (CPC, art. 142) 258
3.11. Descumprimento injustificado de ordem judicial (CPC, art. 536, § 3º) 262
3.12. Assédio processual (ou *sham litigation*) – Análise do Recurso Especial 1.817.845-MS 264
3.13. Litigância predatória 270
4. A densificação de novas hipóteses de litigância de má-fé mediante a aplicação da boa-fé objetiva 295
5. Visão dinâmica da litigância de má-fé e dos ilícitos processuais 304
6. Sujeito passivo da condenação em litigância de má-fé 306
7. Multa processual (I): características gerais e margem legal 319
8. Multa processual (II): relação com outros mecanismos .. 325
9. Condenação em perdas e danos 331
9.1. Considerações gerais 331
9.2. Mecanismos para apurar e certificar a indenização 334
9.3. Litigância de má-fé e indenização por dano moral 343
10. Condenação em despesas e honorários 345

11. Decisão que reconhece litigância de má-fé 348
12. Vias impugnativas 353
13. Cumprimento da multa..... 356

CONCLUSÕES..... 363

REFERÊNCIAS..... 365